

VISÃO DO CORREIO

Freio interno à máquina de guerra

A Constituição dos Estados Unidos reserva ao Congresso, e não ao presidente, o poder de declarar guerra. É uma distinção deliberada, determinada com o peso de quem havia acabado de se livrar de um monarca. Na prática, porém, esse equilíbrio foi sendo corroído ao longo do século 20, à medida que o Executivo acumulou prerrogativas militares sob a justificativa da urgência, e o Legislativo, com frequência, preferiu o silêncio confortável à responsabilidade incômoda de decidir. Agora, o Congresso decidiu que esse silêncio tem limite.

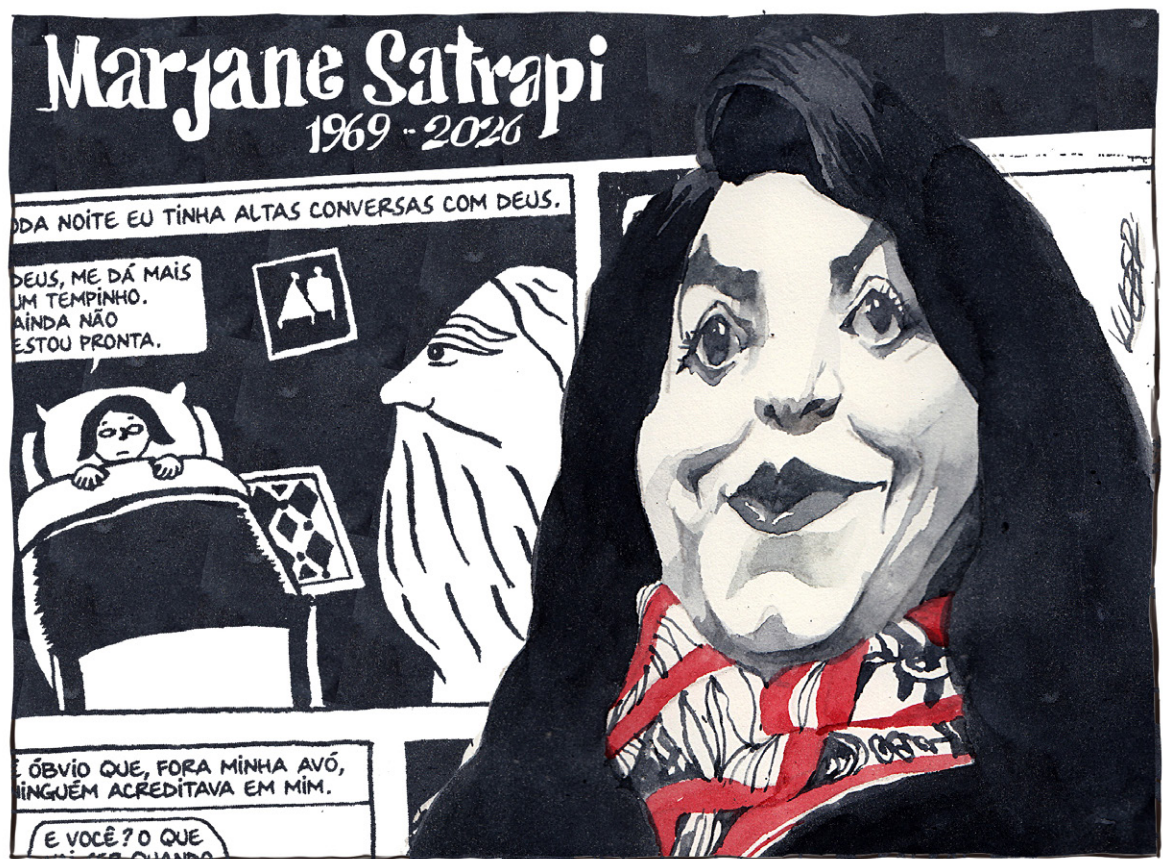
A aprovação, pela Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, de uma resolução que limita os poderes bélicos de Donald Trump contra o Irã não representa apenas uma derrota política para a Casa Branca. Ao aprovar a medida por 215 votos a 208 e dispensando a necessidade de sanção presidencial, o Legislativo norte-americano acionou uma trava diplomática e reafirmou um princípio elementar: o monopólio do uso da força no cenário externo não pode ser refém de humores do Executivo, cálculos de curto prazo ou conveniências eleitorais.

O fato de quatro deputados republicanos terem votado com a oposição democrata confere à decisão uma gravidade que ultrapassa a polarização habitual de Washington. Esse desprendimento partidário ilustra a utilidade do sistema de freios e contrapesos, mecanismo desenhado para conter arroubos unilaterais na democracia americana. Quando o risco de um conflito de desfecho imprevisível ameaça vidas, altera rotas comerciais e desestabiliza a segurança global, a lealdade à estabilidade do Estado deve suplantar a fidelidade ao governante de turno.

Na economia real, as consequências de uma escalada no conflito com Teerã seriam drásticas. A ação militar no Golfo Pérsico reflete-se quase de imediato na volatilidade do petróleo, pressionando os preços dos combustíveis e em toda a cadeia logística, estrangulando orçamentos familiares e penalizando economias que ainda lutam para equilibrar contas públicas fragilizadas. A resolução da Câmara age como um freio contra esse abismo econômico.

A história recente da política externa americana cobra um preço alto pela omissão parlamentar em episódios semelhantes. Nas últimas duas décadas, o cheque em branco frequentemente concedido ao Executivo para atuar sem amarras no Oriente Médio resultou em intervenções prolongadas, trilhões de dólares escoados e vácuos de poder sangrentos. As lições do Iraque e do Afeganistão parecem, ainda que tardiamente, ter ecoado no Capitólio. O texto aprovado ainda depende do Senado, onde enfrentará resistências consideráveis, mas representa um primeiro passo pragmático em direção à contenção racional do conflito.

Seria, contudo, uma ingenuidade perigosa terceirizar a garantia da paz mundial às engrenagens internas do Congresso americano. A contenção pontual da máquina de guerra de Washington expõe, por contraste, a letargia das instâncias multilaterais. Se os freios domésticos de uma superpotência provam ser a última fronteira para conter um confronto militar, a construção da paz exige que a ONU e demais fóruns de governança abandonem a posição de espectadores paralisados e recuperem a capacidade de impor limites antes que a força bruta os imponha por conta própria. O mundo, afinal, não pode depender de quatro republicanos dissidentes para evitar uma guerra.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Exclusão

Vendo as notícias de hoje, me deparei com um problema comum para os idosos. Temos um grupo cada vez maior de pessoas acima dos 60 anos que não iniciaram a vida com o advento da internet. Esses aplicativos revolucionaram o mundo. Até as guerras hoje são por drones. Os smartphones são a base de tudo em nossas vidas. Senhas até para exercer o seu direito à vida. Quem não tiver um jovem por perto e com boa vontade não consegue sequer viver. Tenho um netinho com 2 anos que não vai ter mais essas dificuldades, pois já nasceu na era da informática. Os pais agora não têm mais que chamar os filhos nas brincadeiras para ir à escola ou a outros compromissos. Agora, a dificuldade é tirá-los das telas que invadem nossas vidas. As empresas que são voltadas para atender aos anseios das pessoas — 99% delas — devem priorizar os veteranos, que deram sua vida para a construção dessas mesmas empresas. Se continuarmos assim, seremos eternos excluídos desta existência terrena. Jovens, cuidem de seus adultos: seus pais e suas mães!

» João Coelho Vítola
Asa Norte

Momentos do cotidiano

As delações “premiadas” vão e vêm. E, por acolá, só sei que vem mais um trem! A conjuntura nacional passa por N trepidações e tal. Nosso país caminha às vezes dentro e também fora dos trilhos: sofrem amigos, parentes, avós, pais, netos e filhos! Há um inconformismo exagerado entre médios e altos cargos; no entanto, à população sobram os malditos encargos! E até quando iremos defrontar com tantas inversões de valores? Entre a política partidária e o mundo dos negócios há pesados rumores!? Como sempre, destoam feios muitos discursos; mas ainda bem que os sábios rios desenvolvem seus percursos! Em nossa Águas Claras, Ruas 34/35 Sul, o Circo Vitória chegou e, com suas boas artes, apresenta as diversões com maestria: já assistimos e gostamos. Como foram bons os visitantes, nós, na plateia, aplaudimos, vibramos, sorrimos. Ali, não é a tal retórica do “circo e pão”; porém, é uma família de artistas em plena labuta e união! Que Deus ilumine nossa nação, neste mundo empreendedor do vai e vem, e os projetos com gestões das pessoas do bem!

» Antônio Carlos Sampaio Machado
Águas Claras

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

O meio ambiente equilibrado garante o bem-estar de nossas gerações

No Dia Universal do Meio Ambiente, ecologicamente equilibrado, devemos preservar, constantemente, a natureza, com nossos cuidados.

A biodiversidade, certamente, exige seus biomas preservados, na luz da precaução bem diligente, nos seus espaços sempre conservados.

Devemos cuidar, com felicidade, do ambiente em sustentabilidade, com ecossistemas, em evoluções.

E este planeta, com vitalidade, protegerá a vida com lealdade, ao bem-estar de nossas gerações.

Souza Prudente — Brasília

Guerra sem vitória

A Câmara dos Estados Unidos vota para limitar os poderes de guerra de Donald Trump, mas o mundo continua lidando com explosões que ninguém controla. Um drone cai, um aeroporto é atingido, pessoas morrem, e tudo isso vira estatística em relatórios que não mostram o medo, o luto e o desamparo. Quem paga o preço nunca está sentado à mesa das decisões. Não existe vitória quando o custo é a vida humana!

» Pacelli M. Zahler
Sudoeste

Forçando a barra

Os Estados Unidos transformaram tarifas comerciais em instrumento de pressão política e econômica, aplicando-as conforme seus interesses estratégicos. Sob o discurso da livre concorrência, recorrem ao protecionismo sempre que julgam conveniente. No caso do Brasil, acusações de trabalho forçado soam inconsistentes diante da legislação trabalhista, dos mecanismos de fiscalização e das políticas públicas existentes. A hipocrisia fica ainda mais evidente ao poupar produtos como café e carne de sobretaxas mais severas, não por reconhecer virtudes brasileiras, mas porque dependem desses itens para abastecer seu mercado e conter preços internos. Quando lhes convém, ignoram os mesmos argumentos usados contra outros setores. O comércio, assim, torna-se instrumento de poder e conveniência, não de princípios.

» Marcus Aurelio de Carvalho
Santos (SP)

Desinformação

A desinformação, em alguns casos, pode levar uma nação ao caos e, por assim dizer, ao abismo. É o caso dos irmãos Bolsonaro ao considerarem, pasmem, a necessidade de combater as ações terroristas no Brasil. Não se constitui uma informação fidedigna, mas, sim, uma desinformação. Acredita-se que essa informação falsa partiu não do presidente Trump, mas de um seu assessor. A implicação e a repercussão na economia serão nefastas e prejudiciais ao comércio, em que os próprios Estados Unidos são parceiros. Não se quer isso para o Brasil, uma nação democrática e próspera. Próspera em suas relações diplomáticas com todos os países do mundo.

» Eneidino Corrêa da Silva
Asa Sul

ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

Questão de justiça

O julgamento do caso Henry Borel, encerrado na madrugada de ontem após 10 longos dias de sessão no Rio de Janeiro, terminou com uma decisão que divide o país. Jairo Souza Santos Júnior, o ex-vereador Jairinho, acabou condenado a 43 anos, 9 meses e 20 dias de prisão. Monique Medeiros, mãe do menino morto com 4 anos, recebeu perdão judicial e saiu livre.

O debate que tomou as redes sociais deixa Jairinho de lado. É sobre o perdão concedido a Monique e, em especial, aos argumentos da juíza Elizabeth Machado Louro, que citou misoginia, preconceito de gênero e cultura patriarcal para justificar a decisão.

Em primeiro lugar, é importante separar os fatos das paixões. Quem decidiu que Monique não teve intenção de matar o próprio filho não foi a juíza, mas, sim, os jurados. O Conselho de Sentença entendeu que a conduta dela deveria ser enquadrada como homicídio culposo, resultado de negligência e omissão. A magistrada aplicou a consequência jurídica prevista em lei para esse tipo de situação.

O que está em discussão, no entanto, é outro ponto. Desde 2021, o Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, orienta magistrados a aplicarem o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero. A iniciativa representou um avanço importante ao reconhecer que muitas mulheres são vítimas de violência estrutural, psicológica, econômica ou física.

A pergunta, no entanto, que o caso Henry Borel nos traz é uma só: esse protocolo deve se aplicar a Monique? Há fatos

que pesam sobre ela de forma contundente, como mostrou a investigação. Ela mandava fotos do filho dentro da banheira para Jairinho. Ela foi ao salão de beleza após a morte do menino. Ela, como garantidora, tinha o dever legal de proteger Henry.

Por isso, mais uma pergunta se faz necessária: questões de gênero podem justificar a omissão diante do assassinato de um filho? A resposta não é simples, mas precisa ser dada com responsabilidade.

O caso Henry impõe uma questão ainda mais delicada. Até que ponto essa perspectiva pode ser utilizada quando a vítima é uma criança? E mais: até que ponto ela pode ser invocada para relativizar a responsabilidade de quem tinha o dever legal e moral de proteger?

Não se trata de negar que Monique possa ter vivido uma relação abusiva. Tampouco de ignorar que mulheres são frequentemente julgadas de forma diferente dos homens. O resultado é que um dos casos criminais mais emblemáticos da última década deixou de ser apenas uma discussão sobre responsabilidade penal.

O julgamento dos acusados de matar Henry Borel se transformou também em um debate sobre os limites da perspectiva de gênero no sistema de justiça. A discussão que ele provocou está apenas começando. E merece ser feita com seriedade, sem paixões e sem simplificações.

Henry tinha 4 anos. Não tinha voz. Não tinha escolha. Dependia da mãe para sobreviver. Isso também é uma questão de justiça. E que precisa ser levado em conta por todos nós.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342-1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131



DA Press Multimídia
Atendimento pessoal para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h / domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br